

**Serveng-Civilsan S.A. - Empresas  
Associadas de Engenharia**

Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

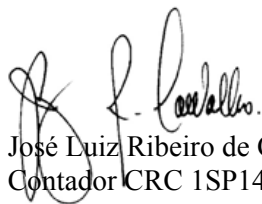
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em trâmite no Superior Tribunal Federal - STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A Companhia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 499.787 mi, cuja realização financeira desses precatórios depende do desfecho da ação rescisória movida pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

São Paulo, 23 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

Serveng-Civisan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora			
Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	Passivo	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012
		(representado)							(representado)				
-17.381      -162.018													
<b>Circulante</b>							<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4a	46.673	80.354	156.249	2.943	47.478	Fornecedores e subempreiteiros	15	100.560	77.620	71.996	45.213	39.685
Aplicações financeiras	4b	29.295	216.792	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	45.781	34.466	21.550	38.162	16.448
Contas a receber de clientes	5	271.975	256.326	200.605	227.208	213.082	Impostos e contribuições a recolher	18	55.408	48.453	38.473	49.558	42.546
Estoques	7	28.959	35.365	21.843	18.119	17.696	Salários e férias a pagar		33.542	35.577	17.944	20.069	20.854
Impostos a recuperar		41.764	31.690	17.979	20.809	21.455	Dividendos a pagar		3.774	3.774	3.774	3.774	3.774
Partes relacionadas - contas a receber de clientes	17	14.919	3.997	-	56.659	42.718	Imposto de renda e contribuição social		2.324	3.412	919	2.241	3.376
Partes relacionadas - dividendos a receber	17	921	113	-	921	113	Provisão para manutenção relativos a concessões		-	17.851	19.409	-	-
Partes relacionadas - outras contas a receber	17	-	-	-	69.604	69.604	Participações em consórcios	6	-	-	-	-	12.303
Partes relacionadas - mútuos	17	-	-	-	20.000	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	17	1.418	-	-	-	2.000
Participações em consórcios	6	-	-	-	8.288	-	Outras contas a pagar	20	60.580	46.857	29.596	11.622	7.542
Despesas antecipadas		10.876	10.736	3.810	9.817	5.790			303.387	268.010	203.661	170.639	148.528
Outras contas a receber		31.512	19.153	18.425	6.661	7.161			(17.381)	162.018	-	(17.381)	-
		476.894	654.526	418.911	441.029	425.097	<b>Não circulante</b>						
<b>Não circulante</b>							<b>Empréstimos e financiamentos</b>	16	673.127	464.841	100.115	44.358	36.827
<b>Realizável a longo prazo</b>							Impostos e contribuições sociais a recolher	18	15.610	22.517	25.919	15.610	21.649
Contas a receber de clientes	5	60.247	-	-	60.247	-	Partes relacionadas - mútuos	17	60.500	-	-	68.930	11.926
Precatórios a receber	8	571.391	551.881	507.825	571.391	551.881	Provisão para contingências	19	12.250	13.803	8.682	14.260	12.275
Imóveis a comercializar		2.778	4.493	3.674	859	2.574	Passivo fiscal diferido	9	514.183	531.564	369.546	514.183	531.564
Partes relacionadas - mútuos	17	9.209	2.824	1.484	39.189	2.838	Receita diferida		2.668	11.153	4.014	1.180	985
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de	17	38.195	38.195	38.195	49.474	45.074	Outros Passivos	20	27.265	62.055	75.310	24.268	24.886
Ativos financeiros	11	1.073.140	1.174.761	738.275	1.073.140	1.174.761			1.305.603	1.105.933	583.586	682.789	640.112
Outros créditos		6.024	11.873	8.607	1.271	895	<b>Patrimônio líquido</b>	21					
		1.760.984	1.784.027	1.298.060	1.795.571	1.778.023	Capital social		1.312.465	1.271.900	1.207.380	1.312.465	1.271.900
<b>Investimentos</b>	10	27.809	18.402	10.397	130.876	156.197	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	30.000	-	-
<b>Propriedade para investimentos</b>	12	119.567	111.713	132.030	6.813	6.813	Reservas de lucros		696.881	744.347	357.990	696.881	744.347
<b>Imobilizado</b>	13	1.505.301	1.093.011	803.934	761.096	713.170	Ajuste de avaliação patrimonial		323.848	323.193	337.754	323.848	323.193
<b>Intangível</b>	14	51.629	51.705	57.039	51.238	48.780			2.333.194	2.339.440	1.933.124	2.333.194	2.339.440
		3.465.290	3.058.857	2.301.460	2.745.594	2.702.983			3.942.184	3.713.383	2.720.371	3.186.622	3.128.080
		3.942.184	3.713.383	2.720.371	3.186.622	3.128.080							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Receita operacional líquida</b>	23	1.229.733	931.908	1.089.281	936.223
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>		(999.823)	(672.685)	(843.015)	(678.273)
<b>Lucro bruto</b>		<u>229.910</u>	<u>259.223</u>	<u>246.266</u>	<u>257.950</u>
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>					
Administrativas, comerciais e gerais	24	(166.148)	(146.658)	(146.097)	(158.866)
Resultado de equivalência patrimonial		9.623	1.111	(28.876)	(4.572)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>36.174</u>	<u>10.476</u>	<u>31.505</u>	<u>25.418</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(120.351)</u>	<u>(135.071)</u>	<u>(143.468)</u>	<u>(138.020)</u>
Despesas financeiras	25	(131.697)	(21.712)	(119.270)	(15.457)
Receitas financeiras	25	<u>50.868</u>	<u>486.588</u>	<u>42.994</u>	<u>480.740</u>
		<u>(80.829)</u>	<u>464.876</u>	<u>(76.276)</u>	<u>465.283</u>
<b>Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social</b>		28.730	589.028	26.522	585.213
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	(19.021)	(22.760)	(16.813)	(18.945)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	<u>17.381</u>	<u>(165.498)</u>	<u>17.381</u>	<u>(165.498)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>27.090</b></u>	<u><b>400.770</b></u>	<u><b>27.090</b></u>	<u><b>400.770</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>27.090</u>	<u>400.770</u>	<u>27.090</u>	<u>400.770</u>
	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>27.090</u>	<u>400.770</u>	<u>27.090</u>	<u>400.770</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	1.207.380	30.000	29.652	328.338	337.754	-	1.933.124
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	34.520	-	-	-	-	34.520
Aumento de capital em dinheiro	64.520	(64.520)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	(14.561)	14.561	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(38.700)	-	-	(38.700)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	9.726	9.726
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	400.770	400.770
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO							
Reserva legal	-	-	20.039	-	-	(20.039)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	405.018	-	(405.018)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	1.271.900	-	49.691	694.656	323.193	-	2.339.440
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.565	-	-	-	-	40.565
Aumento de capital em dinheiro	40.565	(40.565)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	655	(655)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(73.900)	-	-	(73.900)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.090	27.090
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO							
Reserva legal	-	-	1.354	-	-	(1.354)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	25.081	-	(25.081)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	1.312.465	-	51.045	645.837	323.848	-	2.333.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido</b>	27.090	400.770	27.090	400.770
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:</b>				
Constituição (reversão) provisão para perdas com estoques e outros	(7.769)	5.871	(15.687)	36.929
Juros e variações monetárias	43.325	21.013	3.420	9.374
Constituição provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	1.151	2.325	1.151	2.299
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(34.072)	(33.875)	(34.072)	(33.875)
Depreciação e amortização	31.315	42.732	31.227	20.970
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(1.553)	5.122	1.985	3.881
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	1.185	29.684	1.004	39.156
Custo do investimento alienado	-	3.483	-	8.151
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	93.564	(422.455)	101.418	(436.751)
Imposto de renda e contribuição social	1.640	188.259	(568)	184.443
Equivalência patrimonial	(9.625)	(1.111)	28.877	4.573
	<u>146.251</u>	<u>241.818</u>	<u>145.845</u>	<u>239.920</u>
<b>Variações nos ativos</b>				
(Aumento) do contas a receber	(77.047)	(80.785)	(75.524)	(87.109)
Redução/(aumento) dos estoques	6.406	(13.522)	(423)	(2.343)
Redução do precatórios a receber	21.634	2.712	21.634	2.712
Aumento/(redução) de impostos a recuperar	(10.074)	(13.672)	646	(5.724)
Aumento de partes relacionadas - ativo	(10.924)	(802)	(33.943)	42.596
Aumento de participações em consórcios	-	-	(8.288)	-
Aumento de outras contas a receber	(6.447)	(38.787)	(3.699)	(190)
Redução de imóveis a comercializar	1.715	(819)	1.715	(819)
<b>Variações nos passivos</b>				
Aumento/(redução) de fornecedores	22.940	5.339	5.528	(8.732)
Aumento de impostos e encargos sociais a recolher	48	24.096	973	6.995
Redução de salários e férias a pagar	(2.035)	(52)	(785)	-
Redução/(aumento) de receita diferida	(8.485)	7.139	195	(549)
Aumento de partes relacionadas - passivo	61.918	-	55.004	8.162
Redução de participações em consórcios	-	-	(12.303)	(31.304)
Redução de imposto de renda e contribuição social pagos	(20.109)	(23.748)	(17.948)	(11.620)
Redução/(aumento) de contas a pagar	(38.919)	14.370	3.462	5.415
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>86.872</u>	<u>123.287</u>	<u>82.089</u>	<u>157.410</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	187.497	(216.792)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(444.030)	(326.271)	(79.397)	(86.317)
Participação em controladas e SCPs	-	(9.289)	4.144	(125.309)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(4.400)	-
Recebimentos de dividendos de controladas	108	-	108	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente de ganho de participação em controladas em c	-	634	-	-
Ativo intangível	(684)	1.426	(3.218)	(5.234)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimento</b>	<u>(257.109)</u>	<u>(550.292)</u>	<u>(82.763)</u>	<u>(216.860)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento de capital	40.565	34.520	40.565	34.520
Mutuo com partes relacionadas	(6.385)	(1.340)	(36.351)	-
Empréstimos tomados	205.132	383.729	47.166	6.788
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(28.856)	(27.099)	(21.341)	(27.099)
Pagamento de dividendos	(73.900)	(38.700)	(73.900)	(38.700)
<b>Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento</b>	<u>136.556</u>	<u>351.110</u>	<u>(43.861)</u>	<u>(24.491)</u>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(33.681)</u>	<u>(75.895)</u>	<u>(44.535)</u>	<u>(83.941)</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	80.354	156.249	47.478	131.419
No fim do exercício	<u>46.673</u>	<u>80.354</u>	<u>2.943</u>	<u>47.478</u>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(33.681)</u>	<u>(75.895)</u>	<u>(44.535)</u>	<u>(83.941)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Vila Maria CEP: 02064-120 - São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, empreendimentos imobiliários, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem, geração de energia, incluindo energia eólica e prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

### 2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

#### 2.1 Base de preparação

##### a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de Abril de 2014.

##### b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

**d. *Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 6 - Participações em consórcios;
- Nota 9 - Impostos Diferidos;
- Nota 11 - Ativos financeiros;
- Nota 12 - Propriedade para investimento;
- Nota 13 - Revisão da vida útil do imobilizado;
- Nota 14 - Recuperabilidade de ágio;
- Nota 19 - Provisão para contingências.

**2.2 Descrição das principais práticas contábeis**

**a. *Instrumentos financeiros***

• *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

- ***Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado***  
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- ***Empréstimos e recebíveis***  
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.
- ***Passivos financeiros não derivativos***  
A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.  
  
A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
- ***Instrumentos financeiros derivativos***  
A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2013 e 2012.
- ***Categoria dos instrumentos financeiros***  
Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (*caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes*), Valor justo por meio do resultado (*aplicações financeiras e ativos financeiros*) e Custo amortizado (*fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar*).
- b. Caixa e equivalentes de caixa***  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.
- c. Contas a receber de clientes***  
As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**d. Estoques**

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

**e. Ativos arrendados**

• *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

• *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**f. Imóveis a comercializar**

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

**g. Participações em consórcios**

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

**h. Depósitos judiciais**

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

**i. Investimentos e outros investimentos**

**(i) Investimentos**

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**(ii) Outros investimentos**

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

**j. Propriedade para investimentos**

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

**k. Imobilizado**

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

**l. Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

***m. Redução ao valor recuperável***

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

***n. Contas a pagar a fornecedores***

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

***o. Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subseqüentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

- **Capitalização dos custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

**p. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

**q. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados à alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

**r. Outros passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.



**s. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial***

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**t. *Reconhecimento da receita***

• *Receita de vendas e serviços*

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subseqüentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e pontes administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

- *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**u. *Reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2012***

*Desconsolidação proporcional da Corumbá Concessões*

O grupo Serveng possui controle conjunto sobre o investimento da Corumbá Concessões no percentual de 22,93%. Devido ao fato de a investida estar estruturada sob a forma de sociedade limitada e das partes terem direito aos ativos líquidos da empresa, esse investimento foi classificado como joint venture e, dessa forma, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Anteriormente, o investimento na Corumbá Concessões era consolidado proporcionalmente. Para fins de comparabilidade os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para melhor apresentação e comparabilidade com os saldos de 31 de dezembro de 2013. Os ajustes efetuados, cujos efeitos não são materiais às demonstrações financeiras, estão apresentados abaixo e as respectivas rubricas afetadas:

**Saldos de 01/01/2012**

	<b>01.01.2012</b>		
	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	156.342	(93)	156.249
Contas a receber de clientes	201.663	(1.058)	200.605
Impostos a recuperar	18.186	(207)	17.979
Despesas antecipadas	3.841	(31)	3.810
Outras contas a receber	18.657	(232)	18.425
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.195	38.195
Outros créditos	8.607	-	8.607
<b>Investimentos</b>			
<b>Imobilizado</b>	3.483	6.914	10.397
	893.334	(89.400)	803.934
<b>Intangível</b>	59.543	(2.504)	57.039
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e subempreiteiros	73.623	(1.627)	71.996
Empréstimos e financiamentos	28.422	(6.872)	21.550
Impostos e contribuições a recolher	38.709	(236)	38.473
Salários e férias a pagar	17.984	(40)	17.944
Outras contas a pagar	31.010	(1.414)	29.596
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	134.542	(34.427)	100.115
Impostos e contribuições sociais a recolher	26.180	(261)	25.919
Provisão para contingências	8.710	(28)	8.682
Passivo fiscal diferido	369.546	-	369.546
Outros Passivos	78.821	(3.511)	75.310

**Saldos de 31/12/2012**

	<b>31.12.2012</b>		
	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	83.311	(2.957)	80.354
Contas a receber de clientes	258.706	(2.380)	256.326
Impostos a recuperar	31.862	(172)	31.690
Partes relacionadas - dividendos a receber	-	113	113
Despesas antecipadas	10.736	-	10.736
Outras contas a receber	21.291	(2.138)	19.153
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Partes relacionadas - adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.195	38.195
Outros créditos	41.315	(29.442)	11.873
<b>Investimentos</b>			
<b>Imobilizado</b>	1.207.115	(114.104)	1.093.011
<b>Intangível</b>	54.750	(3.045)	51.705
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e subempreiteiros	79.115	(1.495)	77.620
Empréstimos e financiamentos	43.411	(8.945)	34.466
Impostos e contribuições a recolher	48.986	(533)	48.453
Salários e férias a pagar	35.669	(92)	35.577
Outras contas a pagar	47.176	(319)	46.857
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	544.104	(79.263)	464.841
Impostos e contribuições sociais a recolher	22.809	(292)	22.517
Provisão para contingências	13.814	(11)	13.803
Passivo fiscal diferido	531.553	11	531.564
Outros Passivos	68.645	(6.590)	62.055
<b>Resultado</b>			
<b>Receita operacional líquida</b>	959.307	(27.399)	931.908
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>	(684.836)	12.151	(672.685)
<b>Lucro bruto</b>	274.471	(15.248)	259.223
<b>(Despesas) outras receitas operacionais</b>			
Administrativas, comerciais e gerais	(148.115)	1.457	(146.658)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.111	1.111
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.505	(29)	10.476
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	(137.610)	2.539	(135.071)
Despesas financeiras	(31.678)	9.966	(21.712)
Receitas financeiras	486.736	(148)	486.588
	455.058	9.818	464.876
<b>Lucro antes da participação de minoritários, imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	591.919	(2.891)	589.028
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(25.650)	2.890	(22.760)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(165.499)	1	(165.498)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	400.770	-	400.770

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2013	2012
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. (a)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serveng Mineração Balsas Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Direto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Torres de Pedra Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Torres de São Miguel Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Morro dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Canto da Ilha Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Campina Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,96%	99,96%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	50,00%	-

(a) Empresas pré-operacionais.

(b) Concessão encerrada em Maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

#### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controladora Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

### a. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2013 (reapresentado)	2012	2013	2012
Caixa e bancos	33.207	73.528	2.068	8.515
Aplicações financeiras diversas	13.466	6.826	875	38.963
	46.673	80.354	2.943	47.478

### b. Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2013 (reapresentado)	2012	2013	2012
Aplicações Financeiras	29.295	216.792	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário - CDI 8,0% a.a. em 2013 (8,3% a.a. em 2012), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

Os recursos classificados pela Administração na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico que serão utilizados durante a construção do complexo eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez, com possibilidade de resgate imediato em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e possuir opção de resgate antecipado das referidas aplicações, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

## 5 Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2013 (reapresentado)	2012	2013	2012
Valores faturados para terceiros	281.718	204.159	236.404	160.394
Medições a faturar	69.130	69.615	69.130	69.615
Ajuste a valor presente	(2.258)	(1.828)	(2.258)	(1.828)
Provisão para devedores duvidosos	(16.368)	(15.620)	(15.821)	(15.099)
Total	332.222	256.326	287.455	213.082
Circulante	(271.975)	(256.326)	(227.208)	(213.082)
Não Circulante	60.247	-	60.247	-

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*)

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
	<b>2013</b>	<b>2013</b>
A vencer	169.634	124.320
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	19.020	19.020
de 31 a 60 dias	378	378
de 61 a 90 dias	9.840	9.840
de 91 a 120 dias	6.082	6.082
de 121 a 150 dias	724	724
a mais de 180 dias	76.040	76.040
	281.718	236.404

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(15.620)	(15.099)
Provisão constituída	(16.368)	(15.821)
Baixa	15.620	15.099
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(16.368)	(15.821)

## 6 Participações em consórcios

	<b>Controladora</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
BR 364	-	(11.625)
EMAP Dragagem	(9.343)	(9.333)
Porto de Itajaí Emergência	(7.728)	(7.730)
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	(7.533)	(7.446)
CPTM - Estações - Linha 7 Rubi	(2.033)	(4.655)
DNIT Duplicação BR 101	-	(4.416)
Belo Monte	13.409	(3.728)
ROMA	196	(1.088)
FIOL	(1.466)	1.018
SAAE ETE Guarulhos	-	1.081
Jacu Pêssego Lote I	2.267	1.321
Outeirinhos	334	1.639
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(59)	2.611
Porto de Mucuripe	(2.416)	3.096
CPTM - Linhas A - F	6.153	3.410
Metro Linha 5	11.141	7.609
REDUC	35.320	16.424
Outros consórcios	(25.730)	3.733
	12.512	(8.079)
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	(4.224)	(4.224)
	8.288	(12.303)

## 7 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Produtos acabados	8.943	11.312	8.943	11.312
Matéria-prima	-	713	-	713
Outros estoques para consumo e manutenção	20.016	23.340	9.176	5.671
	28.959	35.365	18.119	17.696

## 8 Precatórios a receber

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
<b>Valor bruto</b>		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	499.787	469.743
DER/SP (b)	23.447	22.037
Outros (c)	48.157	60.101
	571.391	551.881

### **Emenda Constitucional 62/09**

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

### Composição dos Precatórios a Receber

- (a) O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido à Companhia pela controlada Soares Penido, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (b) No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Seqüestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances da Companhia receber o valor do Precatório.
- (c) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (d) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

## 9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

<i>Ativo</i>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Diferenças temporárias	8.546	11.401	8.546	11.401
Prejuízos fiscais	1.086	8.046	1.086	8.046
Total diferido ativo	<u>9.632</u>	<u>19.447</u>	<u>9.632</u>	<u>19.447</u>
<b><i>Passivo</i></b>				
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida:</b>				
Ações CCR - valor justo	324.357	353.106	324.357	353.106
Terrenos - custo atribuído	141.579	141.733	141.579	141.733
Exclusões temporárias de órgãos públicos	16.781	16.431	16.781	16.431
Outras exclusões	41.098	39.741	41.098	39.741
Total diferido passivo	<u>523.815</u>	<u>551.011</u>	<u>523.815</u>	<u>551.011</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>514.183</u>	<u>531.564</u>	<u>514.183</u>	<u>531.564</u>



	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Demonstração de resultado</b>				
Corrente:				
Imposto de renda	(14.264)	(16.639)	(12.707)	(13.897)
Contribuição social	(4.757)	(6.121)	(4.106)	(5.048)
Imposto de renda e contribuição social	(19.021)	(22.760)	(16.813)	(18.945)
<b>Diferido:</b>				
Imposto de renda	12.615	(121.709)	12.615	(121.710)
Contribuição social	4.766	(43.789)	4.766	(43.788)
	<u>17.381</u>	<u>(165.498)</u>	<u>17.381</u>	<u>(165.498)</u>

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

## 10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	60.164	51.454	202.805	232.096
Participações em sociedades por conta de participação	-	-	2.626	7.271
Subtotal	60.164	51.454	205.431	239.367
Lucro não realizado com controladas	(32.355)	(33.052)	(74.555)	(83.170)
	<u>27.809</u>	<u>18.402</u>	<u>130.876</u>	<u>156.197</u>

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Descrição	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2013	2012	2013	2012
Corumbá Concessões S.A.	235.259	(5.194)	262.364	22,93%	60.167	51.453	9.625	1.111
Dragaport Engenharia Ltda.	15.400	188	6.622	100,00%	6.622	6.754	(131)	188
Santa Cruz Rodovias S.A.(b)	26.710	13.321	1.970	100,00%	1.970	(10.635)	12.605	13.321
Serveng Mineração Balsas S.A.	-	(2.108)	(3.677)	100,00%	(3.677)	(3.674)	(2)	(2.108)
Serramar Parque Shopping Ltda.	3.000	(9.481)	3.174	100,00%	3.174	(5.916)	9.091	(9.481)
Nossa Casa Engenharia Ltda.	1.000	-	(4.259)	50,10%	(2.134)	-	(2.632)	-
Eolicabras S/A	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Serveng Energias Renováveis S/A	-	-	-	-	-	-	-	(223)
Ventos Potiguares Ger. de Energia S/A	203.500	(7.378)	136.683	100,00%	136.683	194.114	(57.431)	(7.378)
Participações em controladas					202.805	232.096	(28.875)	(4.572)
Sociedades em conta de participação (a)	-	-	-		2.626	7.271	-	-
Total avaliado por equivalência patrimonial					205.431	239.367	(28.875)	(4.572)

- (a) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.
- (b) As receitas apuradas referem-se ao período de janeiro a maio de 2013, quando foi encerrada a concessão do serviço público de administração e exploração de rodovias.

## 11 Ativos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013 (reapresentado)	2012
Investimentos mensurados ao valor justo	<u>1.073.140</u>	<u>1.174.761</u>	<u>1.073.140</u>	<u>1.174.761</u>

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2013. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

## 12 Propriedade para investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013 (reapresentado)	2012
Shopping Serramar (a)	112.754	104.900	-	-
Imóveis em São José dos Campos (b)	<u>6.813</u>	<u>6.813</u>	<u>6.813</u>	<u>6.813</u>
	<u>119.567</u>	<u>111.713</u>	<u>6.813</u>	<u>6.813</u>

### Movimentação das propriedades para investimentos

	Shopping Serramar (a)	Imóveis em São José dos Campos (b)	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2012</b>	<b>125.482</b>	<b>6.548</b>	<b>132.030</b>
Depreciação e outros	(6.286)	-	(6.286)
Variação do valor justo	<u>(14.296)</u>	<u>265</u>	<u>(14.031)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b><u>104.900</u></b>	<b><u>6.813</u></b>	<b><u>111.713</u></b>
Variação do valor justo	<u>7.854</u>	-	<u>7.854</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b><u>112.754</u></b>	<b><u>6.813</u></b>	<b><u>119.567</u></b>

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatuba, construído pela Companhia, com o objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Esta propriedade para investimento está mensurada pelo valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente pela administração da Companhia; e
- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente pela administração da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

## 13 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Terrenos	477.992	472.851	477.992	472.851
Edifícios e construções	39.891	42.814	39.891	42.814
Máquinas e equipamentos	124.694	91.442	124.676	91.265
Veículos	101.271	94.846	101.271	94.811
Móveis, utensílios e outros	616	758	410	502
Equipamentos de informática	1.820	1.815	1.800	1.607
Obras em andamento e outros	759.017	388.485	15.056	9.320
	1.505.301	1.093.011	761.096	713.170

### Controladora

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2013		2012
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual
Terrenos	-	477.992	-	472.851
Edifícios e construções	3	57.005	(17.114)	42.814
Máquinas e equipamentos	4 a 25	194.171	(69.496)	91.265
Veículos	14 a 20	177.547	(76.276)	94.811
Móveis, utensílios e outros	10	1.551	(1.141)	502
Equipamentos de informática	20	6.126	(4.326)	1.607
Obras em andamento e outros	-	15.294	(237)	9.320
Total		929.686	(168.590)	761.096

### Movimentação do ativo imobilizado - Controladora

	Saldo em 01/01/2012	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências (+) (-)	Saldo em 31/12/2013
Terrenos	474.134	-	(1.283)	472.851	5.189	(48)	-	477.992
Edifícios e construções	51.626	6.173	(1)	57.798	-	-	159	57.957
Maquinas e equipamentos	137.564	14.395	(1.184)	150.775	35.626	(2.707)	10.477	194.171
Veículos	109.485	49.302	(673)	158.114	23.982	(3.205)	(1.344)	177.547
Móveis, utensílios e outros	1.554	32	(24)	1.561	-	(10)	-	1.551
Equipamentos de informática	4.934	767	(367)	5.334	824	(35)	3	6.126
Obras em andamento e outros	25.656	15.648	(31.985)	9.320	13.775	(90)	(9.295)	13.710
<b>Total do custo</b>	<b>804.953</b>	<b>86.317</b>	<b>(35.517)</b>	<b>855.753</b>	<b>79.396</b>	<b>(6.095)</b>	<b>-</b>	<b>929.054</b>
Depreciação acumulada	(123.719)	(20.198)	1.334	(142.583)	(30.467)	5.092	-	(167.958)
<b>Valor residual do ativo imobilizado</b>	<b>681.234</b>	<b>66.119</b>	<b>(34.183)</b>	<b>713.170</b>	<b>48.929</b>	<b>(1.003)</b>	<b>-</b>	<b>761.096</b>

### Consolidado

	2013			2012 (reapresentado)	
	Taxa de depreciação (a.a.%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos	-	477.992	-	477.992	472.851
Edifícios e construções	2,8	57.005	(17.114)	39.891	42.814
Máquinas e equipamentos	4 a 25	194.190	(69.496)	124.694	91.442
Veículos e embarcações	10 a 25	177.547	(76.276)	101.271	94.846
Equipamentos de informática	20	6.146	(4.326)	1.820	1.815
Móveis e utensílios	10	1.758	(1.141)	616	758
Obras em andamento e outros (a)	-	759.253	(237)	759.016	388.485
<b>Total</b>		<b>1.673.891</b>	<b>(168.590)</b>	<b>1.505.301</b>	<b>1.093.011</b>

### Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	Saldo em 01/01/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	Transf. (+) (-)	Saldo em 31/12/2013
Terrenos	474.134	-	(1.283)	472.851	5.189	(48)	-	477.992
Edifícios e construções	51.701	6.098	(1)	57.798	-	-	159	57.957
Maquinas e equipamentos	133.722	14.541	(1.184)	147.079	35.639	(4.287)	10.477	188.908
Veículos	109.615	49.314	(673)	158.256	23.982	(3.359)	(1.344)	177.535
Móveis, utensílios e outros	1.614	31	(24)	1.621	-	(64)	-	1.557
Equipamentos de informática	5.876	796	(367)	6.305	-	(885)	3	5.423
Obras em andamento e outros	149.837	276.256	(31.985)	394.108	379.220	(89)	(9.295)	763.944
Total do custo	926.499	347.036	(35.517)	1.238.018	444.030	(8.732)	-	1.673.316
Depreciação acumulada	(122.565)	(28.298)	5.856	(145.007)	(30.555)	7.547	-	(168.015)
Valor residual do ativo imobilizado	803.934	318.738	(29.661)	1.093.011	413.475	(1.185)	-	1.505.301

- (a) Do montante de R\$ 763.944 de obras em andamento, o valor de R\$ 697.490 refere-se ao projeto eólico, sendo R\$ 219.170 de adiantamentos a fornecedores para futuro fornecimento das turbinas eólicas, e R\$ 478.320 refere-se ao custo da construção das usinas eólicas.

## 14 Intangível

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013 (reapresentado)	2012
Ágio pago na aquisição de investimentos	19.525	19.525	19.525	19.525
Direitos de lavra	25.436	25.505	25.436	25.505
Obras de melhorias	-	1.941	-	-
Direitos contratuais de comercialização	1.999	1.999	1.999	1.999
Softwares	2.032	1.969	2.032	1.725
Outros	2.637	766	2.246	26
<b>Total</b>	<b>51.629</b>	<b>51.705</b>	<b>51.238</b>	<b>48.780</b>

	Taxa de amortização (a.a.%)	2013		2012	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo residual
<b>Controladora:</b>					
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	19.525	-	19.525	19.525
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2.919)	25.436	25.505
Direitos contratuais de comercialização	(d)	1.999	-	1.999	1.999
Softwares	20	11.795	(9.763)	2.032	1.725
Outros	-	2.246	-	2.246	26
<b>Total</b>		<b>63.920</b>	<b>(12.682)</b>	<b>51.238</b>	<b>48.780</b>

	Taxa de amortização (a.a.%)	2013		2012	
		Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo residual
<b>Consolidado:</b>					
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	19.525	-	19.525	19.525
Direitos de lavra	(b)	28.355	(2.919)	25.436	25.505
Obras de melhorias	(c)	-	-	-	1.941
Direitos contratuais de comercialização	(d)	1.999	-	1.999	1.999
Softwares	20	11.795	(9.763)	2.032	1.969
Outros	-	2.637	-	2.637	766
<b>Total</b>		<b>64.311</b>	<b>(12.682)</b>	<b>51.629</b>	<b>51.705</b>

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com expectativa de início das atividades em 2014;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Obras de melhorias serão amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão;
- (d) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2013, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

## 15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013 (reapresentado)	2012
Aquisição de energia para revenda	26.604	22.727	-	-
Aquisição de maquinas e peças	6.601	2.402	6.601	2.402
Aquisição de caminhões	3.906	-	3.906	-
Materiais e serviços	31.139	10.383	3.539	1.832
Outros fornecedores	32.310	42.108	31.167	35.451
	<u>100.560</u>	<u>77.620</u>	<u>45.213</u>	<u>39.685</u>

## 16 Empréstimos e Financiamentos

Item	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Banco Santander (TR + 11% a.a.)	44.226	46.863	-	-
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	64.422	53.275	64.422	53.275
Financiamento de equipamentos (BNDES EÓLICAS)	574.044	381.782	-	-
Outros empréstimos e financiamentos	36.216	17.387	18.098	-
Total	718.908	499.307	82.520	53.275
Circulante	<u>(45.781)</u>	<u>(34.466)</u>	<u>(38.162)</u>	<u>(16.448)</u>
Não circulante	<u>673.127</u>	<u>464.841</u>	<u>44.358</u>	<u>36.827</u>

- (1) Financiamento a produção para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia.
- (2) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (3) Os financiamentos com o BNDES, captados pelas SPes que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde:  $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{Juros em 12 meses})$ . O cálculo e conseqüente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.



As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2015	79.261	20.443
2016	53.359	12.659
2017	49.506	8.806
2018	43.150	2.450
2019 em diante	447.851	-
<b>Total</b>	<b>673.127</b>	<b>44.358</b>

## 17 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Saldos</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes:				
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	3.208	3.199	3.208	3.199
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	-	(1.000)	1.622
Consórcios	-	-	42.249	31.543
Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda.	788	788	788	788
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	4	-	352	5.527
Serveng Mineração Balsas	-	-	27	26
Serveng Transportes Ltda	5.141	9	5.141	9
Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda.	33	1	33	1
Ventos Potiguares Geradora	-	-	95	3
Pecuária Serramar Ltda.	1.560	-	1.560	-
Serveng Energias Renováveis S.A.	4	-	4	-
Serramar Parque Shopping	-	-	21	-
Corumbá Concessões	3.966	-	3.966	-
Eolicabras S/A	215	-	215	-
	<u>14.919</u>	<u>3.997</u>	<u>56.659</u>	<u>42.718</u>
Dividendos a receber:				
Corumbá Concessões	921	113	921	113
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.604</u>	<u>69.604</u>
Outras contas a receber:				
Serramar Parque Shopping	-	-	69.604	69.604
Mútuos:				
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	-	-	20.000	-
<b>Ativo não circulante</b>				
Mútuos:				
Serveng Energias Renováveis S.A.	(3)	-	(3)	-
Serramar Parque Shopping	-	-	14	14
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	-	-	32.745	-
Condomínio do Serramar Parque Shopping	2.635	100	200	100
Construquali Engenharia	344	-	-	-
Nossa Casa Engenharia	-	124	-	124
Eolicabras S/A	6.223	-	6.223	-
Ventos Fortes	10	-	10	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	-	2.600	-	2.600
	<u>9.209</u>	<u>2.824</u>	<u>39.189</u>	<u>2.838</u>

- (a) Empresa alienada durante o exercício de 2011.
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital:

**Serveng-Civisan S.A. - Empresas**  
**Associadas de Engenharia**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2013 e 2012*

Corumbá Concessões S.A. (AFAC)	38.195	38.195	38.195	38.195
Ventos Potiguares	-	-	4.579	2.979
Serveng Mineração Balsas	-	-	3.857	3.850
Nossa Casa Engenharia	-	-	2.793	-
Serramar Parque Shopping	-	-	50	50
	<u>38.195</u>	<u>38.195</u>	<u>49.474</u>	<u>45.074</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Outras contas a pagar:				
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	-	-	2.000
Condomínio do Serramar Parque Shopping	1.418	-	-	-
	<u>1.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.000</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Mútuos:				
Dragaport Engenharia Ltda.	-	-	4.837	4.837
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	-	3.593	7.000
Ventos Fortes	33.000	-	33.000	-
SM Geração Eólica	27.500	-	27.500	-
Serramar Parque Shopping	-	-	-	89
	<u>60.500</u>	<u>-</u>	<u>68.930</u>	<u>11.926</u>
<b>Transações</b>				
		Vendas de bens e serviços:		
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	-	16.385	17.137
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	-	-	1.614	101.019
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.999</u>	<u>118.156</u>
Vendas de investimentos:				
Serveng Energias Renováveis (venda da Ventos Fortes)	-	-	-	5.000
Soares Penido (venda da Serveng Energias Renováveis)	-	-	-	640
Soares Penido (venda da Caiçara dos Ventos)	-	-	-	30
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.670</u>

### Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2013, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 8.124 (R\$ 7.440 em 2012), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

## 18 Impostos e contribuições a recolher

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Obrigações fiscais:				
Tributos parcelados (a)	20.950	27.714	20.950	27.714
COFINS	10.420	12.348	10.330	11.763
ISS	12.021	8.496	11.845	8.102
PIS	1.906	2.207	1.887	2.082
ICMS	1.007	4.511	1.005	4.508
Obrigações previdenciárias	16.172	7.252	16.082	6.959
Outros	8.542	8.442	3.069	3.067
	<u>71.018</u>	<u>70.970</u>	<u>65.168</u>	<u>64.195</u>
Total	71.018	70.970	65.168	64.195
Circulante	(55.408)	(48.453)	(49.558)	(42.546)
	<u>15.610</u>	<u>22.517</u>	<u>15.610</u>	<u>21.649</u>
Não circulante	15.610	22.517	15.610	21.649

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 20.950 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 19.790 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 1.160 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

<b>Anos</b>	<b>Consolidado Controladora</b>	
2015	5.340	5.340
2016	5.340	5.340
2017	4.109	4.109
2018	117	117
2019 em diante	704	704
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>15.610</u>	<u>15.610</u>

### **Medida Provisória 627**

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A administração está avaliando os possíveis impactos trazidos por esta MP e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras, e declara ter a intenção de optar pela aplicação antecipada das disposições da MP no exercício de 2014, com o objetivo de manter a neutralidade tributária, porém depende da disponibilização e normatização dos procedimentos para esta adoção.

## **19 Provisão para contingências**

<i>Controladora</i>	<u>2013</u>			<u>2012</u>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Saldo Líquido</b>
Processos tributários	2.764	(301)	2.463	2.005
Processos cíveis	7.773	(1.778)	5.995	4.748
Processos trabalhistas	8.462	(2.660)	5.802	5.522
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>18.999</u>	<u>(4.739)</u>	<u>14.260</u>	<u>12.275</u>
<i>Consolidado</i>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito Judicial</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Reapresentado Saldo Líquido</b>
Processos tributários	2.821	(301)	2.520	3.282
Processos cíveis	8.147	(3.910)	4.237	4.796
Processos trabalhistas	8.469	(2.976)	5.493	5.725
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>19.437</u>	<u>(7.187)</u>	<u>12.250</u>	<u>13.803</u>

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 268.415 (R\$ 70.825 em 31 de dezembro de 2012), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 20 Outros passivos

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Honorários advocatícios	24.268	24.886	24.268	24.886
Obrigações assumidas por consórcios	45.920	76.623	-	-
Adiantamento de clientes	10.292	4.053	10.291	4.053
Outros	7.365	3.350	1.331	3.489
	87.845	108.912	35.890	32.428
Total Circulante	(60.580)	(46.857)	(11.622)	(7.542)
	27.265	62.055	24.268	24.886
Não circulante				

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia era de R\$ 1.312.465 (R\$ 1.271.900 em 2012), representado por 45.916.958.816 (45.137.509.433 em 2012) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

### b. Reserva de lucros

#### • Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### • Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia está propondo, *ad referendum* na Assembleia Geral Ordinária, a transferência do saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a rubrica Reserva de Retenção de Lucros, como segue:

Descrição	2013
Lucro líquido do exercício	27.090
(-) Constituição da reserva legal	(1.354)
Realização do custo atribuído de ativo de controladas, líquido de tributos diferidos	(655)
	25.081
Lucro líquido a transferir para reserva de retenção de lucros	25.081

### c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

### d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

## 22 Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia e suas controladas diretas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco: **(i) Risco de Taxa de Juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de aumento significativo nas taxas de juros, que reduziria as receitas financeiras sobre determinadas operações contratadas na data do balanço, como por exemplo, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e precatórios a receber; **(ii) Risco de Crédito** - O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes, incluindo valores faturados e serviços a faturar. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, bem como a interrupção do fornecimento de serviços e produtos caso ocorra atrasos na quitação de faturas de seus clientes.

## 23 Receita operacional líquida – Consolidado

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Receita de serviços	1.217.280	877.091	1.036.488	871.165
Receita de venda de produtos	148.224	144.076	148.224	144.076
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Receita operacional bruta	1.365.504	1.021.167	1.184.712	1.015.241
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(110.800)	(89.016)	(94.828)	(78.775)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(24.971)	(243)	(603)	(243)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(135.771)	(89.259)	(95.431)	(79.018)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.229.733	931.908	1.089.281	936.223

## 24 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
Despesas com pessoal e encargos sociais	(85.402)	(79.331)	(80.661)	(76.884)
Serviços de terceiros	(22.791)	(21.329)	(13.109)	(18.592)
Doações e outros	(1.058)	(6.969)	(1.058)	(6.969)
Depreciação e amortização	(10.140)	(9.094)	(10.063)	(9.004)
Despesas tributárias	(17.854)	(8.646)	(15.517)	(6.476)
Reversão / (constituição) de provisão para devedores duvidosos	1.209	(9.682)	1.232	(9.706)
Outros	(30.112)	(11.607)	(26.921)	(31.235)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	(166.148)	(146.658)	(146.097)	(158.866)

## 25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012
<b>Receitas Financeiras</b>				
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	436.486	-	436.486
Juros sobre precatórios	34.095	33.977	34.095	33.977
Receita de aplicação financeira	11.450	14.388	3.777	8.796
Outras	5.323	1.737	5.122	1.481
	50.868	486.588	42.994	480.740
<b>Despesas financeiras</b>				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(101.621)	-	(101.621)	-
Juros pagos ou incorridos	(24.958)	(12.870)	(12.987)	(11.857)
Variações monetárias passivas	(1.961)	(1.796)	(1.829)	(1.796)
Outras	(3.157)	(7.046)	(2.833)	(1.804)
	(131.697)	(21.712)	(119.270)	(15.457)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	(80.829)	464.876	(76.276)	465.283

\* \* \*

Contabilidade

André Luis Morais  
Contador CRC 1SP 198135/O-7